

DIRETORIA GERAL

Instituto Brasileiro de Direito Processual

Rua da Assembleia, 100

Praça Mauá, 100

Rio de Janeiro, RJ

CEP: 20030-900

PREFÁCIO

PACOTE ANTICRIME

ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

BRUNA MARTINS AMORIM DUTRA • WILLIAM AKERMAN
ORGANIZADORES

- ALESSANDRA GOMES FARIA BALDINI
- ALEXANDRE MORAIS DA ROSA
- ALEXANDRE PARANHOS PINHEIRO MARQUES
- ALINE DE PAULA BARROCO PASSOS
- ANA LÚCIA TAVARES FERREIRA
- ANTONIO CARLOS PONTES
- BRUNA MARTINS AMORIM DUTRA
- CARLA RAMOS
- DANIEL DIAMANTARAS DE FIGUEIREDO
- EDUARDO AIDÉ BUENO DE CAMARGO
- EDUARDO JANUÁRIO NEWTON
- ELIANE ARESE MARTINEZ CAL
- FELIPE LIMA DE ALMEIDA
- FRANKLYN ROGER ALVES SILVA
- GUSTAVO HENRIQUE DE ANDRADE CORDEIRO
- LUCIA HELENA SILVA BARROS DE OLIVEIRA
- MARCOS PAULO DUTRA SANTOS
- MAURILIO CASAS MAIA
- PAULA ANDRESSA FERNANDES BENETTE
- PAULO CESAR VILLELA SOUTO LOPES RODRIGUES
- RODRIGO DE ANDRADE FIGARO CALDEIRA
- WILLIAM AKERMAN

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourir

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Lucas Kfourir

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiário de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

1183524

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pacote anticrime: análise crítica à luz da Constituição Federal / Bruna Martins Amorim Dutra e William Akerman, organização. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5614-287-6

1. Brasil - Constituição (1988) 2. Corrupção - Combate 3. Crime organizado - Brasil 4. Direito penal - Brasil 5. Processo penal - Brasil 6. Segurança pública - Brasil I. Dutra, Bruna Martins Amorim. II. Akerman, William

20-44191

CDU-343.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Pacote anticrime : Processo penal : Direito penal 343.1

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

PREFÁCIO

ALEXANDRE DE MORAES.....	5
--------------------------	---

APRESENTAÇÃO

BRUNA MARTINS AMORIM DUTRA e WILLIAM AKERMAN.....	9
---------------------------------------------------	---

1. COMPETÊNCIA PARA EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA: ART. 51 DO CÓDIGO PENAL

RODRIGO DE ANDRADE FIGARO CALDEIRA.....	21
1. Conceito e critérios para a fixação da pena de multa	21
2. Pagamento da pena de multa	23
3. Execução da pena de multa: legitimidade ativa e juízo competente	23
4. Execução das penas de multa de baixo valor	31
5. Prescrição da pena de multa	34
6. Cumprimento da pena privativa de liberdade e extinção da punibilidade da pena de multa cumulativa	36
7. Execução provisória da pena de multa.....	38
Referências bibliográficas	39

2. DAS NOVAS CAUSAS IMPEDITIVAS DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA

ALEXANDRE PARANHOS PINHEIRO MARQUES.....	41
1. Introdução	41
2. Causas suspensivas do fluxo do prazo prescricional da pretensão punitiva previstas originalmente no <i>Codex</i> – Art. 116, incisos I e II, do Código Penal	42
3. Das novas causas impeditivas do fluxo do prazo prescricional da pretensão punitiva – Art. 116, incisos III e IV, do Código Penal – Inclusão realizada pela Lei 13.964/19 – Análise introdutória	44
3.1. Análise pormenorizada do art. 116, inciso III, do Código Penal – Prazo prescricional suspenso quando pendente embargos de declaração ou de recursos aos Tribunais Superiores, quando inadmissíveis – Análise explicativa e crítica	45

12 | PACOTE ANTICRIME

3.2. Análise pormenorizada do art. 116, inciso IV, do Código Penal – Prazo prescricional suspenso enquanto não cumprido ou não rescindido o acordo de não persecução penal – Análise explicativa e crítica	49
4. Conclusão	54
5. Referências.....	56
3. A PERDA ALARGADA EXIGE INVESTIGAÇÃO MADURA E DENÚNCIA COM PEDIDO ADEQUADO	
ALEXANDRE MORAIS DA ROSA	57
1. Pacote Anticrime lido a partir do devido processo legal	57
2. A perda alargada na Reforma do Processo Penal.....	60
3. As exigências procedimentais e a investigação madura	62
4. Considerações finais	67
5. Referências bibliográficas.....	67
4. ROUBO MAJORADO PELO EMPREGO DE ARMA: ART. 157 DO CP	
CARLA RAMOS	71
I. Controle penal, Constituição, democracia.....	71
II. O porte de arma de fogo como causa de aumento de pena: matará, mas não roubarás	76
III. Das alterações na pena do crime de roubo: Lei 13.654/2018 e Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime).....	78
III.1. Síntese das alterações promovidas pela Lei 13.654/2018.....	79
III.2. A alteração da Lei 13.654/2018 ao art. 157, § 2º, do Código Penal.....	79
III.3. Inclusão do § 2º-A pela Lei 13.654/2018 ao art. 157 do Código Penal .	81
IV. Roubo com emprego de arma branca: inconstitucionalidade formal? “ <i>Abolitus criminis</i> ” parcial?	84
IV.1. Da suposta inconstitucionalidade formal da Lei 13.654, de 23 de abril de 2018.....	85
IV.2. Das consequências da revogação do inciso I do § 2º do art. 157 no período anterior à publicação do Pacote Anticrime.....	88
V. Estado da arte do crime de roubo com emprego de arma de fogo após o Pacote Anticrime	89
VI. Conclusão: a relação dialética de humanismo e realismo	91
Referências bibliográficas	93

5. DA AÇÃO PENAL DO CRIME DE ESTELIONATO – A TIMIDEZ LEGISLATIVA EM SUA AMPLITUDE E O PROBLEMA DA OMISSÃO QUANTO AO PRAZO PARA A CONDIÇÃO DE PROSEGUIBILIDADE

ANTONIO CARLOS PONTES.....	95
1. Introdução	95
2. Análise das alterações trazidas pela Lei nº 13.964/2019 na ação penal do crime de estelionato	97
3. A timidez legislativa na restrição do papel preponderante da vítima apenas para o crime de estelionato – A necessidade de alargamento para outros tipos penais	98
4. A natureza jurídica híbrida da norma que trata da ação penal e sua aplicação retroativa	101
5. Distinção relevante entre a condição de procedibilidade e a condição de prosseguibilidade	102
6. A ausência de previsão de prazo para o implemento da condição de prosseguibilidade nas ações penais já em curso	103
7. Conclusão	107
8. Bibliografia	107

6. JUIZ DAS GARANTIAS: UM EMBARQUE RUMO AO SISTEMA ACUSATÓRIO

DANIEL DIAMANTARAS DE FIGUEIREDO	109
Introdução	109
1. Estruturas referenciais do processo penal	110
2. Da estrutura do sistema processual penal brasileiro	114
3. Juiz das garantias	115
3.1. Conceito e fundamentos	115
3.2. Justificação teórica do juiz das garantias.....	117
Considerações finais	124
Referências bibliográficas	125

7. JUIZ DAS GARANTIAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A (IN)EFICÁCIA DO SISTEMA PROPOSTO

GUSTAVO HENRIQUE DE ANDRADE CORDEIRO	129
Introdução	129
1. A sistemática do juiz das garantias: fundamentos que evidenciam a desnecessidade do instituto	130
1.1. A iniciativa do magistrado no inquérito policial e a produção e apreciação de provas: a discutível percepção do <i>juiz das garantias</i> como garantidor da imparcialidade do juízo.....	131
1.1.I. Avaliação crítica sobre a teoria da dissonância cognitiva	135

II. Burocratização do processo: a implementação (in)constitucional do juiz das garantias	139
II.I. Da (in)formalidade da norma regulamentadora sob a ótica organizacional/administrativa	140
II.II. Do demasiado e desnecessário aumento nos custos do judiciário	142
II.III. O juiz das garantias e o DIPO-TJSP	145
Conclusão	149
Referências bibliográficas	151

8. OS ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL – UMA PRIMEIRA ANÁLISE

FRANKLYN ROGER ALVES SILVA	153
1. Introdução	153
2. O acordo de não persecução e seus antecedentes.....	154
2.1. O acordo conforme a normativa do CNMP	154
2.2. O acordo conforme a disciplina do CPP	158
2.2.1. Da avaliação da impertinência do acordo de não persecução penal	161
2.2.2. Da formalização e consequências do acordo de não persecução penal	162
2.2.3. A presença da defesa técnica em todas as fases do acordo de não persecução penal (proposição, discussão, homologação e cumprimento)	163
2.2.4. Da homologação do acordo de não persecução penal.....	167
2.2.5. Da ciência da vítima quanto ao acordo de não persecução penal	170
2.2.6. Do descumprimento do acordo de não persecução penal e a necessidade do contraditório	170
3. Conclusão	172
4. Referências bibliográficas.....	172

9. ACORDO E COMPORTAMENTO: COMO DADOS E EVIDÊNCIAS DO AGIR HUMANO PODEM AJUDAR O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL?

EDUARDO AIDÉ BUENO DE CAMARGO	175
1. Introdução	175
2. O modelo racional-econômico X modelo racional-comportamental	180
3. Primeira lição: o tempo da punição é relevante, mas é o inimigo da certeza	186

4. Segunda lição: vieses e heurísticas podem fazer com que sejam elaborados acordos desproporcionais e desiguais	190
5. Conclusão	197
Bibliografia	199

10. CADEIA DE CUSTÓDIA: ARTS. 158-A A 158-F DO CPP

RODRIGO DE ANDRADE FIGARO CALDEIRA	203
1. Introdução	203
2. Conceito e finalidade da cadeia de custódia da prova	205
3. Fundamentos da cadeia de custódia da prova	206
3.1. Princípio do devido processo legal	207
3.2. Princípio da ampla defesa	208
3.3. Princípio do contraditório	209
3.4. Princípio da busca da verdade	210
4. Análise do <i>Habeas Corpus</i> 160.662/RJ	211
5. A disciplina da cadeia de custódia na Lei Anticrime	213
6. A cadeia de custódia e evidências digitais	216
7. Flexibilização da necessidade da prova da cadeia de custódia	219
8. Consequência da quebra da cadeia de custódia (<i>break on the chain of custody</i>) ...	221
Referências bibliográficas	223

11. NOVO REGRAMENTO DAS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS

WILLIAM AKERMAN	225
Introdução	225
1. Vedação à decretação de medida cautelar pessoal <i>ex officio</i> pelo juiz	227
2. Possibilidade de revogação e substituição, de ofício, por cautelar mais branda, e vedação à imposição, sem provocação, de medida mais gravosa	228
3. Direito subjetivo a responder ao processo em liberdade plena ou fiscalizada e observância ao princípio da motivação na imposição de cautelar pessoal... ..	229
4. Inconstitucional vedação à liberdade provisória	233
5. Audiência de custódia, relaxamento de prisão e ADI 6.305	234
6. Prazo de 5 dias para o contraditório prévio quanto à medida cautelar pessoal ..	238
7. Contemporaneidade do risco à efetividade do processo e proibição à utilização da prisão preventiva como antecipação de pena	239

16 | PACOTE ANTICRIME

8. Revisão periódica dos fundamentos da prisão preventiva	243
Conclusão	245
Referências bibliográficas	248
12. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DAS CONDENAÇÕES DO TRIBUNAL DO JÚRI – ART. 492 DO CPP	
ALESSANDRA GOMES FARIA BALDINI	249
1. Introdução	249
2. Pacote Anticrime e efetividade do tribunal do júri.....	250
3. Tribunal do júri	251
4. Soberania dos veredictos.....	253
5. Evolução jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal sobre a execução provisória da pena	253
6. Execução provisória e soberania dos veredictos	258
7. Considerações finais	262
Referências bibliográficas	266
13. A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NO PACOTE ANTICRIME: UMA ANÁLISE CRÍTICA VOLTADA PARA A PLENA EFETIVAÇÃO DE UM DIREITO DO PRESO	
EDUARDO JANUÁRIO NEWTON	269
I. Introdução	269
II. Afinal: o que é a audiência de custódia? Qual é a sua história? O que não pode ser com ela confundido?	271
III. As funções da audiência de custódia	276
IV. Do cabimento da audiência de custódia	283
V. A positivação da audiência de custódia. Os avanços, os problemas, o veto presidencial e a suspensão de eficácia por força judicial	285
VI. A audiência de custódia no cenário pandêmico e o risco de retrocesso	290
VII. Das considerações conclusivas	291
VIII. Referências bibliográficas.....	292
14. A ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA NA “LEI ANTICRIME” ENTRE A VULNERABILIDADE JURÍDICO-FUNCIONAL E A DEFENSORIA PÚBLICA	
MAURILIO CASAS MAIA	295
1. Introdução	295
2. Questões Legislativas: aprovação e veto	296

2.1. A obrigatoriedade e o procedimento de assistência técnico-jurídica diante da inatividade defensiva na primeira etapa da persecução penal	298
3. Vulnerabilidade Jurídico-funcional dos Agentes de Segurança Pública	302
3.1. A Defensoria Pública como legitimada constitucional à representação postulatória do vulnerável jurídico-funcional	305
3.1.1. Impossibilidade de uma Assistência Jurídica Paralela custeada pelo Poder Público.....	306
3.1.2. A Visão do Poder Legislativo	310
3.1.3. Vulnerabilidade Jurídico-Funcional e a Defensoria Pública	311
3.1.4. <i>Distinguishing</i> ao julgado da ADI n. 3.022 do STF.....	312
3.1.5. Síntese da Constitucionalidade.....	314
3.1.6. A importância da relação “Segurança Pública & Defensoria Pública” para os direitos humanos no Brasil.....	315
3.1.7. A predestinação da Advocacia Pública e o potencial prejuízo à ampla defesa (vulnerabilidade processual).....	315
4. Conclusões	320
5. Referências bibliográficas	323
15. PROGRESSÃO DE REGIME <i>PER SALTUM</i> NO PACOTE “ANTICRIME”	
BRUNA MARTINS AMORIM DUTRA	325
I. Alteração do Pacote “Anticrime” no regramento da progressão de regime	325
II. Súmula 491 do STJ e a inadmissibilidade da progressão de regime <i>per saltum</i> ...	328
III. Virada jurisprudencial: reconhecimento da natureza declaratória da decisão concessiva da progressão de regime e sua implicação na admissibilidade da progressão <i>per saltum</i>	329
IV. Pacote “Anticrime” e a positivação do cabimento da progressão <i>per saltum</i>	333
Referências bibliográficas	336
16. O SISTEMA PROGRESSIVO NA LEI 13.964/2019: POLÍTICA CRIMINAL, EXECUÇÃO PENAL E PROTEÇÃO MULTINÍVEL DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE	
ANA LÚCIA TAVARES FERREIRA	337
Introdução	337
1. Sistema progressivo e política criminal na Lei 13.964/19	338
2. Sistema progressivo e direitos fundamentais da pessoa privada de liberdade ...	342

3. Sistema progressivo e proteção multinível dos direitos fundamentais das pessoas privadas de liberdade	348
Considerações finais	353
Referências.....	354

17. O LIVRAMENTO CONDICIONAL E A LEI 13.964/2019: CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS

FELIPE LIMA DE ALMEIDA	357
1. Introdução	357
2. Antecedentes históricos	359
3. A evolução normativa do livramento condicional e do sistema progressivo no Brasil	360
4. Da natureza jurídica do livramento condicional	363
5. Dos requisitos para a concessão do Livramento Condicional e a Lei 13.964/2019	364
5.1. Dos requisitos objetivos	365
5.2. Dos requisitos subjetivos	372
6. Conclusão	377
7. Referências bibliográficas.....	379

18. OS NOVOS TIPOS PENAIS DE TRÁFICO DE DROGAS E DE ARMAS DE FOGO COM O AGENTE POLICIAL DISFARÇADO

BRUNA MARTINS AMORIM DUTRA	381
I. Introdução de novos tipos penais na Lei de Drogas e no Estatuto do Desarmamento pelo Pacote “Anticrime”.....	381
II. Crime impossível e ilegalidade do flagrante preparado: tentativa de superação da Súmula 145 do STF	383
III. Análise dos novos tipos penais de tráfico de drogas e de armas de fogo com o agente policial disfarçado à luz da Constituição Federal e do Direito Internacional.....	386
Referências bibliográficas	393

19. A ESCALADA REGULAMENTAR DAS ARMAS DE FOGO NO BRASIL E ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS: AS CONSEQUÊNCIAS DA UTILIZAÇÃO LEVIANA DA LEI PENAL EM BRANCO

ALINE DE PAULA BARROCO PASSOS.....	395
Introdução	395
1. Estatuto do Desarmamento: lei penal em branco.....	396

2. Classificação das armas de fogo e a lei penal em branco no tempo.....	399
3. Pacote Anticrime: alterações do art. 16 do Estatuto do Desarmamento e do art. 1º da Lei de Crimes Hediondos.....	401
4. Munições e acessórios de uso proibido: <i>abolitio criminis</i> ?	405
Considerações finais	408
Referências bibliográficas	409

20. ROL DE CRIMES HEDIONDOS: ART. 1º DA LEI 8.072/90

LUCIA HELENA SILVA BARROS DE OLIVEIRA.....	411
Crimes relacionados à Lei das Drogas.....	415
Crimes de terrorismo e tortura	416
Crimes de homicídio	417
Crimes de lesão corporal	419
Crimes de roubo	419
Crimes de extorsão qualificada/sequestro-relâmpago.....	421
Crime de furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo	423
Crimes previstos na Lei de Armas.....	424
Organizações criminosas	429
Considerações finais	430
Referências bibliográficas	431

21. REFLEXOS DO PACOTE ANTICRIME NA HEDIONDEZ DO CRIME DE EXTORSÃO QUALIFICADA

BRUNA MARTINS AMORIM DUTRA	433
I. Considerações introdutórias.....	433
II. A hediondez do crime de extorsão qualificada pela morte antes da vigência do Pacote Anticrime: divergência relativa ao sequestro relâmpago com resultado morte.....	434
III. Reflexos do Pacote Anticrime na hediondez do crime de extorsão: o “sequestro-relâmpago” e a divergência relativa à extorsão com resultado morte.....	436
IV. Princípio da proporcionalidade como parâmetro para o controle de constitucionalidade	439
V. Conclusões	442
Referências bibliográficas	443

22. DAS VARAS COLEGIADAS, NOS MOLDES DO ART. 1º-A DA LEI Nº 12.694/2012: COMENTÁRIOS AO ART. 13 DA LEI Nº 13.964/2019

MARCOS PAULO DUTRA SANTOS	445
1. Conceito de organização criminosa para fins de incidência da Lei nº 12.694/2012	445
2. Da (in)constitucionalidade do art. 1º da Lei nº 12.694/2012.....	448
3. Da constitucionalidade do art. 1º-A da Lei nº 12.694/2012	452
4. Competência e funcionamento da Vara Colegiada.....	455
5. Conclusão	464
Referências bibliográficas	465

23. DA INCONSTITUCIONALIDADE E DA ANTICONVENCIONALIDADE DO ARTIGO 2º, §§ 8º E 9º, DA LEI 12.850/2013

ELIANE ARESE MARTINEZ CAL	467
Referência Bibliográfica	474

24. CAPTAÇÃO DE SINAIS ELETROMAGNÉTICOS, ÓPTICOS OU ACÚSTICOS: LEI 9.296/96 E DIREITOS FUNDAMENTAIS À PRIVACIDADE, NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO E INVOLABILIDADE DE DOMICÍLIO

PAULA ANDRESSA FERNANDES BENETTE	475
Referências bibliográficas	488

25. O PAPEL DO JUIZ NO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA COMO ESPÉCIE DO GÊNERO NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL E AS INOVAÇÕES DO PACOTE ANTICRIME

PAULO CESAR VILLELA SOUTO LOPES RODRIGUES.....	489
1. Introdução	489
2. A colaboração premiada.....	491
3. O papel do juiz na colaboração premiada	494
4. Conclusões.....	498
5. Referências bibliográficas.....	501